



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS		
EVENTO: Seminário	Nº: 1312/10	DATA: 14/12/2010
INÍCIO: 15h02min	TÉRMINO: 17h18min	DURAÇÃO: 02h16min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h16min	PÁGINAS: 19	QUARTOS: 28

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
EDUARDO GONZÁLES – Diretor do Programa de Verdade e Memória do International Center for Transitional Justice. PATRÍCIA TAPATTÁ DE VALDEZ – Diretora do Memoria Abierta (Argentina). ANDRIES CARL NEL – Vice-Ministro da Justiça e Desenvolvimento Constitucional da África do Sul. MOCHUBELA SEKOE – Embaixador da África do Sul. JOEL SAMPAIO DE ARRUDA CÂMARA – Fundador da Comissão de Direitos Humanos dos Presos Comuns, em 1958.

SUMÁRIO: Seminário Internacional sobre Comissões da Verdade.
--

OBSERVAÇÕES
Houve exposição em espanhol.



A SRA. COORDENADORA (Sueli Becatto) - Boa tarde a todos.

Atendendo a pedido do Maurício e do Márcio Araújo, meu amigo de muito tempo — pedido de amigo não se costuma recusar —, aceito assumir a presidência dos trabalhos desta tarde, enquanto o Deputado Pedro Wilson não chega, incumbência que muito me honra, em razão do grande amigo e Deputado Adão Pretto e também da presença de amigos que convergem na luta pelo fortalecimento das instituições democráticas.

Compõem a Mesa desta tarde o Sr. Eduardo González, Diretor do Programa de Verdade e Memória do Centro Internacional para Justiça de Transição; a Sra. Patrícia Tappatá de Valdez, Diretora da Organização Memória Aberta, da Argentina; o Sr. Andries Carl Nel, Vice-Ministro da Justiça e Desenvolvimento Constitucional da África do Sul, convidado que já esteve presente na parte da manhã; e ainda o Embaixador Mochubela Sekoe, Chefe da Comissão da Verdade e Justiça da África do Sul.

Está previsto o tempo de 15 minutos para cada conferencista.

Convido a fazer uso da palavra o Sr. Eduardo González, desde já agradecendo-lhe por sua importante contribuição às nossas causas e por se tratar de um grande apoiador da Comissão de Anistia nas diferentes fases de sua história.

O SR. EDUARDO GONZÁLEZ - Obrigado, Sueli.

Boa tarde a todos.

Participo também do Centro Internacional para Justiça de Transição, junto a meu colega e Presidente do Centro, David Tolbert, que participou da primeira palestra.

Só tenho um pedido a fazer, entendendo as formalidades de discussão tão animada: que os insultos sejam feitos bem devagarzinho para que eu os possa entender. Posto isso, podemos falar e discutir os temas com tranquilidade.

Vou me abster de maltratar a língua portuguesa e passar a falar na língua espanhola, em que me sinto um pouco mais confortável.

(Exposição em espanhol.)

(Palmas.)

A SRA. COORDENADORA (Sueli Becatto) - Agradecemos ao Sr. Eduardo González a participação.



Neste momento, damos boa tarde ao Deputado Luiz Couto.

Com a palavra a Sra. Patricia Tappatá de Valdez, que falará sobre a experiência argentina, pela qual temos muita estima.

V.Sa. dispõe de 15 minutos, mas também teremos tolerância quanto ao tempo de exposição.

A SRA. PATRICIA TAPPATÁ DE VALDEZ - (*Exposição em espanhol.*)
(*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Sueli Becatto) - Tenho a honra de convidar para compor a Mesa a Deputada Luiza Erundina, também conferencista neste Seminário. É uma honra ter aqui V.Exa., que foi, se não me engano, a primeira Prefeita mulher da cidade de São Paulo. (*Palmas.*) Esse fato muito honrou aquela cidade.

Registro a presença do Deputado Chico Alencar, que também muito nos honra.

Os Deputados ligados à causa dos direitos humanos sou capaz de reconhecer; quanto aos demais, conto com a ajuda do Márcio.

Com a palavra o Sr. Andries Carl Nel, Vice-Ministro da Justiça e Desenvolvimento Constitucional da África do Sul.

O SR. ANDRIES CARL NEL - Muito obrigado. É realmente um grande prazer estar aqui.

Vou tentar falar sobre a experiência sul-africana com a Comissão de Verdade e Reconciliação.

Ontem, ao entregar os prêmios de Direitos Humanos, o Presidente Lula disse que existem 3 tipos de torcedores: o torcedor de coração, para quem tudo o que o seu time faz é brilhante, não há o que melhorar; o torcedor pessimista, para quem o seu time sempre pode fazer melhor, tudo o que faz não é suficiente; e o torcedor de cabeça e de coração, que faz uma avaliação objetiva do time. Esta é a avaliação que quero fazer da experiência da Comissão de Verdade e Reconciliação na África do Sul.

A democracia sul-africana, nascida em 1994, surgiu após quase meio século de discriminação racial institucionalizada e de opressão sob o regime de *apartheid*. Antes disso, houve séculos de opressão colonialista.



O novo Governo do Presidente Lula foi confrontado com grandes questões...
(Pausa.) Sou petista de coração. (Risos.)

O novo Governo do Presidente Mandela foi confrontado com as grandes questões de como lidar com o passado, em especial as atrocidades do *apartheid*.

Na véspera das eleições de abril de 1994, os negociadores optaram pela Comissão de Verdade e Reconciliação para investigar as violações dos direitos humanos e fez recomendações ao governo sobre como lidar com tais violações.

Em 1995, a TRC, a Comissão de Verdade e Reconciliação, foi estabelecida, nos termos da lei, para promoção da unidade nacional e reconciliação. O objetivo da TRC foi promover a unidade e a reconciliação nacional num espírito de compreensão que transcende os conflitos e as divisões do passado.

Uma das principais tarefas da TRC, em termos de lei, foi estabelecer a verdade em relação aos acontecimentos do passado e estabelecer a forma mais completa possível, as causas, a natureza e a extensão das graves violações de direitos humanos que foram cometidas durante o período de 1º de março de 1960 a 10 de maio de 1994.

Eu acho que isso é importante. Os brasileiros vão ter que fazer esse debate.

A limitação do tempo do trabalho da Comissão tornou o debate difícil. Na África do Sul, não era fácil limitar o trabalho, mas também não queríamos uma Comissão com uma vida aberta, sem limitações.

A lei especificava que a TRC deveria conduzir as investigações sobre violações de direitos humanos. Essas investigações deviam abranger a natureza, causas e extensão das violações dos direitos humanos, incluindo os antecedentes, circunstâncias, fatores e contexto das violações, bem como os motivos e as circunstâncias em que ocorrem, assim como o paradeiro das vítimas.

O mandato da TCR tinha como objetivo conceder anistia para as ações e tentativas de ações de omissão associadas a atividades políticas e concluir os seus trabalhos por meio de um relatório completo, com recomendações ao Presidente.

É fato que a cobertura das violações dos direitos humanos foi desigual. Aqueles que testemunharam nas audiências públicas não constituem uma amostra representativa da população sul-africana. Camadas da população, particularmente entre os brancos, foram relutantes em participar. Entre a população negra, as



vítimas indiretas do Apartheid não foram realmente ouvidas, tornando, em certo sentido, o relatório da TRC e a gravação uma verdade incompleta.

A complexidade do mandato da TRC em confrontar a realidade cheia de camadas e multidimensional do passado foi abordada através de três comissões da TRC.

Primeiramente, o Comitê de Violações de Direitos Humanos. Nos termos da Seção XIV da lei, o Comitê de Violações de Direitos Humanos foi incumbido de investigar os padrões sistemáticos de abuso, na tentativa de identificar os motivos e perspectivas para estabelecer a identidade do indivíduo e instituições autoras, descobrir se as violações eram resultado de um planejamento deliberado por parte do Estado ou movimentos de libertação e designar a responsabilização política ou outra forma de responsabilização por graves violações dos direitos humanos.

O Comitê de Violações de Direitos Humanos foi responsável pela coleta de declarações das vítimas e pela realização de audiências, inclusive audiências para ouvir as vítimas, audiências especiais, audiências públicas e audiências de partidos políticos.

Durante seus dois anos de funcionamento, de 1995 a 1997, o Comitê realizou 140 audiências em todo o país. Nas audiências, cerca de 2.400 vítimas de violações flagrantes testemunharam, e registrou-se o nome de 27 mil vítimas.

O Comitê, assistido pela unidade de investigação da TRC, reuniu um total de 21.519 declarações de vítimas, contendo provas de 30.384 violações de direitos humanos.

É muito importante registrar que a Comissão não era um órgão passivo, que somente recebia denúncia. Ela teve uma unidade de investigação que, de maneira proativa, tentava descobrir a verdade.

Apresentou mais de 15 mil resultados confirmados de que as vítimas tinham sido objeto de violações de direitos humanos. No entanto, por uma série de motivos, muitas pessoas que queriam testemunhar perante a TRC não conseguiram fazê-lo.

Acho que isso também é muito importante, porque não é suficiente a Comissão só notificar, de maneira geral, a população que está fazendo esse trabalho. É preciso haver mecanismos que ativamente assistam as vítimas para que elas deem o testemunho.



Em segundo lugar, foi constituída a Comissão de Anistia, talvez o mais controverso dos aspectos da Comissão. A Comissão de Anistia considerou pedidos de indivíduos que solicitaram a concessão de anistia, em conformidade com as disposições da lei.

A TRC foi habilitada a conceder anistia aos que cometeram abusos durante o *apartheid*, desde que os crimes fossem politicamente motivados, fossem proporcionais e houvesse total revelação dos fatos por parte da pessoa que solicitava anistia.

Um total de 5.392 pessoas não foram anistiadas, e 849 foram anistiadas, de um total de 7.112 peticionários. Acho que isso também é muito importante. Dos mais de 7 mil peticionários, somente a um pouco mais de 800 foi dada a anistia; aos outros foi recusada, por vários motivos, principalmente aos que não apresentaram a verdade total. E eles podem ser processados.

A concessão da anistia fez com que o requerente fosse liberado de todas as responsabilidades civis e criminais decorrentes do incidente, além do recebimento de uma indenização que também se estendeu a todas as instituições ou pessoas que incorreram em responsabilidade indireta pelo incidente. As pessoas anistiadas que estavam cumprindo pena foram imediatamente libertadas, e foram expurgados quaisquer registros penais remanescentes.

A terceira era a Comissão de Reparação e Reabilitação. Esse aspecto do trabalho ainda está se cumprindo, e o Embaixador vai falar mais sobre isso. Mas a Comissão de Reparação e Reabilitação foi responsável por restaurar a dignidade da vítima e formular propostas para ajudar na reabilitação de sobreviventes, suas famílias e as comunidades em geral.

A função prevista global de todas as recomendações foi para garantir a reabilitação, a cura e a saudável convivência.

Criamos um fundo presidencial em conformidade com a lei para pagar reparações provisórias urgentes a vítimas em termos de regulamentos promulgados pelo Presidente. A principal tarefa da Comissão era fazer um conjunto de recomendações ao Governo sobre a forma de implementar uma política de reparação. Essa política determinou em que condições e de acordo com quais



critérios deveria ser concedida a reparação. Além disso, ela teve de determinar a autoridade responsável pela concessão das indenizações.

Ainda tenho um longo relatório a fazer, mas, como está por escrito, pode circular para ser lido. De modo que nos 5 minutos que me restam vou tentar fazer uma avaliação.

Na África do Sul, a Comissão de Verdade e Reconciliação foi um sucesso. Em nosso período de transição, era muito importante restaurar a dignidade das vítimas, que eram milhares e milhares de pessoas. Somente o fato de um governo democrático, legítimo reconhecer o sofrimento de cidadãos já é um grande passo. Além disso, para uma sociedade que está surgindo de uma situação de graves violações de direitos humanos institucionalizadas é muito importante fazer um exercício de relegitimação das instituições. Na África do Sul, o Exército, a Polícia, os serviços de inteligência foram totalmente descreditados por causa do papel que exerceram durante o *apartheid*. A atuação da Comissão de Verdade e Reconciliação fez com que essas instituições se relegitimassem, e isso foi muito importante.

Uma área muito difícil para nós é a de reparações, especialmente a área de reparações comunitárias, isto é, de reabilitação de comunidades inteiras que foram vítimas de violações de direitos humanos. Esse é um trabalho que ainda estamos fazendo. Há um fundo presidencial com bastante recursos, mas é um grande desafio desenvolver uma política para implementar esse projeto.

Também temos o trabalho, que continua, de descobrir as pessoas que desapareceram e de entregar seus restos mortais a suas famílias. O Embaixador vai falar mais sobre isso.

Fizemos muitas coisas certas na África do Sul. Assim como, em nossa transição para a democracia, aprendemos muitas lições com movimentos democráticos e de liberação de outras partes do mundo, agora também nós temos experiência que pode ser usada por outros, inclusive pelo Brasil, para que façam bem o que nós fizemos bem e melhor o que não fizemos tão bem.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Sueli Becatto) - Nossos agradecimentos ao Sr. Vice-Ministro.



Convido o Senador Pedro Simon a fazer parte da Mesa, como um de nossos conferencistas. Meus cumprimentos a V.Exa. em nome das entidades promotoras deste evento.

Com a palavra o Sr. Mochubela Sekoe, Embaixador da África do Sul.

O SR. MOCHUBELA SEKOE (*Exposição em inglês.*) - Muito obrigado.
(*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Sueli Becatto) - Agradeço a oportunidade de ter coordenado esta Mesa e convido o Deputado Pedro Wilson a ocupar a Presidência e dar continuidade aos trabalhos.

O SR. ANDRIES CARL NEL - Só uma coisa.

A SRA. COORDENADORA (Sueli Becatto) - Pois não.

O SR. ANDRIES CARL NEL - Como se diz, queremos que o Brasil aprenda e faça melhor. Gostaríamos de convidar a Deputada Luiza Erundina, o Senador Pedro Simon e outros Parlamentares brasileiros a visitarem a África do Sul, a conhecerem a experiência do nosso País, conversarem com cidadãos comuns sul-africanos e tirarem suas próprias lições para a comissão da verdade brasileira.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Sueli Becatto) - Muito obrigada. Por isso é importante que nosso Deputado Pedro Wilson continue na Presidência dos trabalhos, pois S.Exa. responderá ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado e saúdo todos da Mesa.

A Embaixada, fazendo o convite ao Congresso, à Câmara e ao Senado, a Deputada Erundina e o Senador Pedro Simon poderão ir. O convite pode ser feito diretamente aos dois Parlamentares ou à Comissão, se for o caso de a Comissão se representar. Normalmente, a Presidente da Comissão vai, ou será de acordo com a designação de S.Exa. No caso, ficará em aberto. Como a indicação é nominal, pela Câmara, pela Comissão de Direitos Humanos, sentimo-nos honrados com o convite à Deputada Erundina, imagino que também é o caso do Senador Pedro Simon. Depois a Embaixada poderá fazer as tratativas.

Concedo a palavra à ilustre Deputada Luiza Erundina, do PSB de São Paulo.



A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, colega, companheiro, amigo, Deputado Pedro Wilson; meu querido Senador Pedro Simon, que, embora seja da Casa vizinha, é sempre bem-vindo, está sempre em casa entre nós, na Câmara dos Deputados; meus cumprimentos. Saúdo os convidados, que nos trazem importante contribuição para subsidiar o trabalho da futura Comissão Especial que irá apreciar o projeto de lei encaminhado a esta Casa pelo Governo do Presidente Lula. Quero saudar as demais companheiras e companheiros da Mesa e do Plenário.

Sinto-me muito gratificada pela oportunidade de discutir esse tema, ao qual tenho me dedicado há, no mínimo, 20 anos. Quando Prefeita, tive a oportunidade, exatamente 20 anos atrás, de descobrir uma vala clandestina em um cemitério municipal, construído a grande distância dos bairros mais centrais da cidade, em uma região praticamente rural, agrária, por um Prefeito que não zelava pela democracia. Muito pelo contrário, era alguém que sempre esteve a serviço da ditadura militar, do arbítrio e dos outros desvios que ocorreram em nosso País nas últimas décadas.

Fui eleita Prefeita de São Paulo em 1988 de forma inusitada. Foi uma eleição que nem meu partido acreditava no sucesso pela correlação de forças que há 20 anos existia no Brasil e na principal cidade do País, a 14ª cidade do mundo, e por ser mulher, nordestina, pessoa de origem humilde, vinculada à luta da população da periferia por casa para morar, por direito à saúde e a saneamento básico. Então, foi, de fato, uma zebra.

Para os que nos visitam, “zebra” é uma alternativa, em um jogo de azar que existe no País, que nunca se cogita que aconteça.

Tenho dito que, se nada mais tivéssemos realizado naquela experiência de Governo em São Paulo, encontrar aquela vala clandestina, desvelá-la e dar conhecimento à opinião pública e encaminhar as condições para que os corpos que foram ali encontrados, em sacos plásticos, no total de 1.049, sem nenhuma identificação...

Tivemos, inclusive, que usar da força do cargo, como Prefeita de São Paulo, para preservar aquelas ossadas, porque houve ameaça dos que ainda vivem por lá e que são responsáveis por aquele crime e por muitos outros que a ditadura militar



cometeu em nosso País de destruir a memória, aqueles restos mortais, que seriam uma condição para se tentar identificar, descobrir e devolver a seus familiares alguns corpos de desaparecidos políticos.

Recorremos a nosso poder político, nosso poder institucional, e conseguimos convênio com o Governo do Estado para contar com o trabalho de uma universidade pública, a UNICAMP, que tinha um serviço de perícia com bases científicas absolutamente confiáveis. Foi através daquele trabalho científico de investigação e de perícia que conseguimos identificar aproximadamente dez desaparecidos políticos e mortos pela ditadura militar.

Foi uma grande satisfação poder devolvê-los aos familiares. Pior do que perder um filho, uma filha, um companheiro ou uma companheira é não saber o que aconteceu com ele; se ainda vive, se não vive; se foi morto, se não foi; onde estão seus restos mortais.

Sempre digo que, se nada mais tivesse feito como Prefeita de São Paulo, conseguir trazer a verdade a respeito daquele cemitério, dos restos mortais que lá estavam absolutamente sem nenhuma identificação, e devolver alguns dos corpos de desaparecidos políticos a seus familiares teria justificado todo um trabalho que eu e minha equipe, muito comprometida, muito generosa e muito competente, conseguimos fazer naquela ocasião.

Aquela descoberta e o tratamento que o Governo local na época deu foi uma forma de despertar e provocar outros governos, a começar pelo Governo de Pernambuco, que, na época, começou a abrir os arquivos da ditadura militar naquele Estado. A partir de então, ocorreram outras iniciativas de diferentes governos, e isso tudo ocorreu por pressão dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos. Se não fosse a comissão que criamos com os familiares dos mortos e desaparecidos políticos, não teríamos criado as condições para chegar aonde chegamos.

O trabalho continua até os dias de hoje, com a atuação absolutamente comprometida, séria e generosa de nosso Ministro Paulo Vannuchi, que agora investiga restos mortais que estão sendo descobertos em outro cemitério, o Cemitério Municipal de Vila Formosa em São Paulo. Certamente em Vila Formosa outros corpos de desaparecidos devem ser trazidos à luz para que a sociedade, os familiares e os democratas deste País comecem de fato a desvelar toda a verdade e



trazer a memória de um período muito triste, que ainda hoje provoca muita dor, sofrimento e angústia a muitas famílias.

De manhã, lembrei o fato de uma família que tem um filho desaparecido, estudante na época. Até hoje, uma senhora de mais de 90 anos diz que conserva o mesmo número de telefone, e a cada vez que ele toca, seja a que hora for, ela tem um sobressalto, seu coração começa a bater forte, porque imagina que seja uma notícia de que seu filho vive em lugar deste País ou deste mundo.

O fato de estamos aqui hoje, depois de 20 anos daquela descoberta, e termos avançado nesse tempo graças a uma política do Governo Lula, tendo à frente esse homem extraordinário, que é o Ministro Paulo Vannuchi, enfrentando todas as reações, o conservadorismo, a má vontade, com a habilidade que demonstrou no curso desses anos de trabalho à frente da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, nos dá a certeza de que a luta continua.

Os resultados já começam a se concretizar e a esperança aumenta na perspectiva de, daqui para frente, se consolidar inclusive um marco legal, condições legais para que os direitos humanos, o direito à verdade, à memória, à justiça de fato sejam assegurados pelo Governo brasileiro e pela sociedade a partir do que se fizer na próxima Legislatura, retomando, inclusive, o debate sobre o projeto de lei que o Governo Lula enviou ao Congresso Nacional em maio deste ano e que não teve o andamento que deveria por força da conjuntura eleitoral e das dificuldades em enfrentar a questão.

Não vai ser fácil enfrentá-la nesta Casa. Os senhores e senhoras que nos visitam viram a reação truculenta, desrespeitosa, constrangedora para nós brasileiros e, inclusive, para os nossos visitantes.

Aproveito para reiterar as nossas desculpas e o nosso pedido de perdão. Não é isso o que pensa a maioria desta Casa. (*Palmas.*)

Mas esse é o preço que se cobra de quem dedica a sua vida, o seu tempo, a sua inteligência, a sua capacidade de trabalho aos direitos humanos, não só no Brasil, não só na África do Sul, mas no mundo todo. Então, é o preço que temos que estar dispostos a pagar, porém sem deixar barato. Temos que ter uma reação enérgica, vigorosa e não condescendente com qualquer ordem para com aqueles que tentam desqualificar as conquistas e a luta por esses direitos em nosso País.



Este debate é oportuno neste momento e saúdo a iniciativa da Comissão de Direitos Humanos desta Casa e da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, porque apresenta uma oportunidade única, pois já temos o Programa Nacional de Direitos Humanos III, fruto da XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, da qual milhares de delegados participaram depois de um amplo debate no País inteiro, trazendo propostas, contribuições; trazendo força política para gerar o terceiro plano de direitos humanos, que expressou, sem dúvida alguma, o conhecimento acumulado nas conferências anteriores e no avanço desse debate e dessa luta no País inteiro.

Devemos muito aos militantes dos direitos humanos e aos familiares daqueles que pagaram com a vida, com o exílio, sofrendo tortura, desrespeito a seus direitos humanos. Sem essas pessoas nós não teríamos, no plano institucional, conseguido fazer o que fizemos — ainda muito pouco, ainda insuficiente — para que se consiga retribuir àqueles que pagaram um alto preço pela democracia e pela liberdade que hoje usufruímos.

Um outro aspecto que eu gostaria de destacar, pela oportunidade deste debate, é o fato de estamos às vésperas de uma nova Legislatura. Não significa necessariamente que a sua composição será tão melhor do que a que temos hoje do ponto de vista do compromisso com essas questões, em particular a dos direitos humanos, mas o fato de estarmos iniciando uma nova Legislatura e termos a sociedade civil mobilizada, organizada e atuando firmemente na defesa dos direitos humanos e no avanço dessas conquistas nos assegura uma condição melhor do que a que tivemos até então nesta Casa, pelo menos nas últimas três Legislaturas, nas quais estive presente.

Outro aspecto que realmente mostra a oportunidade desse debate é o fato de termos o início de um novo governo. É novo por ser alguém que se elegeu nas últimas eleições, mas com os mesmos compromissos e com uma história de vida e de luta pela democracia e pelas liberdades. A mulher que se torna Presidente da República viveu, como militante de esquerda, a tortura, a prisão e é, portanto, uma mulher muito tocada, sensibilizada e, com certeza, com plenas condições de dar continuidade ao trabalho que Paulo Vannuchi e Luiz Inácio Lula da Silva construíram



com a sociedade civil organizada para que hoje tivéssemos aqui um projeto de lei propondo a criação da Comissão Nacional da Verdade.

Um outro fator que ressalta a importância e a oportunidade desse debate foi a reação que o III Plano Nacional de Direitos Humanos provocou nos segmentos reacionários, conservadores e atrasados da sociedade brasileira. Todos sabemos do que teve que ser mediado pelo Presidente Lula e pelo Ministro Paulo Vannuchi para tentar preservar algumas das propostas que estavam no plano. Então, houve um recuo, espero que tenha sido um recuo tático, e com isso nós teremos que acumular força política na sociedade civil e no Congresso Nacional com aquela minoria que tem compromisso de vida com os direitos humanos, com o direito à verdade, à memória, à justiça a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros para que se saia do patamar a que se chegou e se dê um salto de qualidade.

Portanto, tenho razões suficientes para celebrar a oportunidade desta iniciativa para reiterar o meu compromisso, a minha afirmação de ser militantes de primeiríssima hora e tentar ser indicada pelas nossas lideranças para compor essa Comissão Especial. Não é muito fácil, mas vou tentar que minha liderança me indique porque quero me juntar à sociedade civil para avançarmos no seio dessa Comissão Especial. (*Palmas.*)

Já comecei a estudar o projeto de lei que veio aqui para a Casa encaminhada pelo Presidente Lula, o PL n.º 7.376, de maio de 2010. Percebemos que muito se avançou na proposta, mas muito ainda se pode avançar, dependendo da correlação de forças e do quanto possamos trazer da sociedade civil organizada, como a Comissão dos Mortos e Desaparecidos, com as organizações todas que defendem os direitos humanos para que não só coloquemos em pauta a discussão dessa matéria mas a reformulemos, através de emendas que podemos apresentar.

Não tenhamos ilusões que seja fácil aprová-las, porque já compõem a comissão um daqueles Deputados que estiveram aqui hoje de manhã. Eles são muito prontos, muito hábeis, muito ágeis, já se apresentam para ocupar o espaço. Nós estamos meio atrasados e temos que compensar essa desvantagem, colocando entre nós aqueles que efetivamente não que sejam mais competentes, mas mais comprometidos, mais aguerridos; que tenham mais coragem de enfrentar a truculência dessas pessoas com as que hoje nós tivemos o constrangimento, a



insatisfação e o mal estar de ouvir. Como defendemos a democracia para todos, toleramos que eles falassem nos termos em que falaram, e já deu para ver o tamanho da briga que nós teremos que comprar nessa Comissão Especial.

Precisamos contar com vocês e, a cada reunião, a cada audiência, a cada atividade da Comissão Especial, temos que estar juntos. A força de vocês é que vai nos dar fôlego e condições políticas para reverter esses recursos a que o Governo foi obrigado a utilizar. Tenho certeza de que, com força política, em outra conjuntura, já que se avizinha da nova Legislatura e o novo Governo, e o movimento mais mobilizado em torno dessa questão, nós consigamos criar não qualquer ou mais uma comissão da verdade, mas que consigamos criar “a” Comissão Nacional da Verdade para assegurar o direito à memória, à verdade, à justiça a todos aqueles e aquelas a quem a sociedade brasileira e as instituições políticas do nosso País devem; a todos esses cidadãos que nos premiaram com seu sacrifício para que hoje nós estivéssemos aqui celebrando este momento da vida política do nosso País.

Em 13 de dezembro de 2010 faz 42 anos do famigerado AI-5. Então, para que nunca mais tenhamos outro AI-5, neste evento reiteramos o nosso compromisso de preservar a todo o custo e a todo o preço essa conquista preciosa dos brasileiros e das brasileiras, muitos dos quais não se encontram mais entre nós, que é a democracia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Deputada Luiza Erundina, como sempre brilhante.

A Deputada Luiza Erundina teve a iniciativa de criar nesta Casa a Comissão de Legislação Participativa, dada a dificuldade de relacionamento com a comunidade. É uma honra para nós a sua exposição e o seu compromisso.

Para encerrar, concedo a palavra, por dez minutos, ao ilustre Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, cuja presença nesta Casa nos honra. Com a palavra, um lutador que estará conosco no Senado para aprovar.

Imagino que um dos elementos deste seminário é que nós levemos imediatamente aos nossos Líderes o pedido de preenchimento das vagas para que a Comissão Especial seja instalada e possa ser aprovada na Câmara e no Senado, onde esperamos que os Senadores Pedro Simon e Inácio Arruda possam nos



ajudar. Quem sabe até o mês de maio do ano que vem teremos pelo menos a aprovação e o início do seu funcionamento, depois de designados seus membros, conforme a resolução deste Congresso.

Senador, é uma honra tê-lo conosco. V.Exa. tem a palavra.

O SR. SENADOR PEDRO SIMON - Sr. Presidente, membros da Mesa, Parlamentares, convidados que nos honram aqui, senhoras e senhores, para encerrar, cabe muito pouco a dizer. Acompanhei do meu gabinete, pela televisão, boa parte dos trabalhos. Vi inclusive a parte negativa, como ficou grave. Eu não sabia que era tão grave. Eu acompanhei.

Eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos. A aprovação da anistia nesta Casa não foi fruto do entendimento, da unanimidade da sociedade brasileira. Ela foi uma vitória do General Figueiredo, da ditadura, do projeto que eles apresentaram. Muitas vezes se diz que já foi feito um entendimento, já foi feito um amplo acordo, uma reconciliação com ampla participação da sociedade; que a sociedade chegou a um entendimento que foi aprovado pelo Congresso Nacional. Não é verdade! Não é verdade!

A Oposição tinha um projeto, que até não era o ideal, mas era bem mais avançado do que o do General Figueiredo, e fez-se uma luta em torno desse projeto. Teotônio Vilela, ilustre e extraordinário Senador, com quatro cânceres e duas bengalas, como Presidente da Comissão da Anistia, percorreu o Brasil inteiro, de cadeia em cadeia, de prisão em prisão, para ver a situação das pessoas que estavam presas. A nossa campanha era exatamente por uma anistia ampla e geral. Não foi o que aconteceu.

O Governo foi meio diabólico, eu diria, porque pegou o apoio de alguns grandes líderes cassados que estavam no exterior, como o Brizola, o Arraes, porque o projeto deles abrangia... O Brizola era uma pessoa que, no Rio Grande do Sul, fazia uma onda de que nós, do PMDB, éramos contra o projeto porque ele era anistiado. E essa gente queria a aprovação daquele projeto. Houve determinado momento em que nós vivemos uma situação delicada. Pelo amor de Deus, o nosso projeto também abrangia a anistia de todos eles, mas queria mais: queria isso que é o geral, e nunca falamos em anistia da tortura.



O projeto foi uma guerra. A campanha, principalmente das mulheres, pela anistia foi espetacular. Foi um momento muito bonito da vida brasileira.

A ditadura brasileira foi um pouco diferente da chilena e da argentina. Tivemos aqui dois movimentos: um, da luta daqueles que queriam o confronto, guerra civil, luta armada, sequestros; que achavam que saída seria por aí e defendiam isso com a maior sinceridade, e outro dos que não aceitavam essa tese, e o argumento era de que isso seria quase impossível no Brasil.

Quando João Goulart, derrubado, saiu de Brasília para Porto Alegre — e eu estava em Porto Alegre, na casa do Comandante do 3º Exército, leal a Jango — já havia um movimento no sentido de que ele resistisse, a exemplo da Campanha da Legalidade lá atrás, em 1961, e iniciasse um movimento para voltar ao poder. Eu era um dos que achava isso interessante. Depois fiquei sabendo que, na verdade, a Quarta Frota norte-americana estava aqui, no nosso litoral, esperando, e ficou muito magoada porque Jango não resistiu, e eles queriam que ele resistisse. Eles queriam entrar para iniciar a luta naquele momento.

Foram, então, dois movimentos diferentes que, o que acho muito importante, se respeitaram reciprocamente.

Eu era do MDB, e falar de MDB hoje... Não tenho nada a ver com esse PMDB de hoje. Eu era daquele MDB de Teotônio, Ulysses, Covas; era outra realidade. Nós defendíamos que chegaríamos lá; que derrubaríamos a ditadura militar junto com o povo. Outros nos achavam ingênuos. Cinco ditadores, generais presidentes; as Forças Armadas contra nós; a Igreja, toda a grande aristocracia da Igreja, à exceção de uma minoria, contra nós; todo o grande empresariado contra nós, toda a grande imprensa — rádio, jornal e televisão — defendendo a ditadura. Então, eles achavam que era uma utopia um dia chegarmos lá, derrubarmos a ditadura dessa maneira.

Volto a repetir: a Presidente da República, que hoje faz aniversário, quando saiu da luta armada, participou da vida política lá em Porto Alegre. Foi uma das que respeitou os dois lados. Lutou, integrou o PDT e depois o PT nesse confronto.

Agora, doloroso nessa realidade, ali na anistia, é que tivemos de entregar por 5 votos. Não sei quantos da Arena votaram conosco, mas faltaram 5 votos para o nosso projeto ser aprovado, para ganhar do projeto do Governo, que acabou ganhando.



Sobre o projeto enviado pelo Presidente Lula, em primeiro lugar, cá entre nós, à exceção de um ou dois, estamos vivendo uma época mais do que normal para termos a serenidade de buscar a verdade e não a vingança. As pessoas dizem: *“Numa hora como esta, quando a nova presidente toma posse, e uma presidente que sofreu, vamos abrir uma ferida como essa? Não é hora de fazer isso. Ninguém quer abrir ferida alguma.”*

Nós achamos que temos de começar alicerçados na verdade. Vivo, entre os que promoveram a violência, não há ninguém. Eu acompanhei a confirmação pelo Ministro da Defesa e do Comando dos novos Chefes das Forças Armadas — Exército, Marinha, Aeronáutica. Ninguém era mais do que tenente na época em que tudo isso aconteceu. Não estamos querendo puxar ninguém, não estamos com os olhos arregalados para ninguém. Que nenhum Deputado que está aqui fique preocupado, porque não estamos preocupados com ele. Estamos preocupados em buscar a verdade, em ter conhecimento dos fatos. Um país que não conhece sua história e sua memória não pode caminhar para frente.

Eu estudei em profundidade a África do Sul. Para mim, Nelson Mandela, uma das pessoas mais fantásticas do milênio passado, foi um exemplo. Quando constituiu sua comissão e foi em busca daquilo em que acreditava, ele não estava preocupado com vingança, ódio ou vinditas. Se fosse partir para esse campo, seria um caminho sem fim, como ele mesmo dizia, não iria acabar, porque na hora em que damos o troco, acabamos cometendo mais e mais violência.

A fórmula para se buscar a verdade é chegar e dizer: *“eu cometi esse crime, eu sou culpado, eu reconheço o que fiz.”* Então, está perdoado? Aí é diferente, e isso se pode discutir. Nós, mais do que ninguém, estamos em condições de fazer isso. A Argentina colocou na cadeia dois ditadores gerais presidentes. Até mesmo Pinochet, ainda que o juiz fosse espanhol, foi parar na cadeia. O Brasil tem todas as condições para fazer isso, com a mais absoluta tranquilidade.

Ainda há mais. Se Lula já nos dava tranquilidade por ser alguém do povo, com a sua história e biografia, com todo o respeito, a nova presidente nos dá mais ainda. Ao longo de toda a sua trajetória, ela tem demonstrado a grandeza do que viveu, a grandeza de guardar um sentimento profundo, que é tudo menos ódio, menos vingança.



Eu já li o projeto. De saída, eu dizia que dois pontos me provocavam uma interrogação. O primeiro é que acho que a Comissão não deveria ficar ligada à Casa Civil, mas ao Ministério da Justiça. Acho que o órgão para lidar e se integrar com a sociedade é o Ministério da Justiça. É claro que ultimamente a Casa Civil ganhou importância, respeito e significado, mas é quase um órgão burocrático, da confiança e intimidade do Presidente. Eu tiraria da Casa Civil e colocaria no Ministério da Justiça.

O outro ponto é que os sete membros são indicados pelo Presidente, mas eu acho que poderia ser transferido para o Congresso. Uma coisa é o Presidente indicar — ele indica quem ele quiser — mas sabendo que vai passar pelo Congresso; outra coisa é o Presidente indicar quem ele quiser e está acabado, não se fala mais nisso. Ele indicar para um órgão dessa importância e significado e passar pelo Congresso, na minha opinião, seria perfeito. Na hora de indicar, pensaria duas vezes. Acho muito difícil o Congresso rejeitar, a não ser por um motivo muito forte.

Sr. Presidente, eu felicito a Comissão de Constituição e Justiça. Concordo com minha irmã Erundina em relação aos elogios que fez ao Ministro, diante do que ele fez, pelo que lutou e interpretou. Diga-se de passagem, acho que o Governo do Presidente Lula deu um bonito exemplo: dentro do próprio Governo, um Ministro do lado de lá e outro do lado de cá debateram, discutiram, e o Presidente Lula, depois de ouvir a todos, chegou a uma conclusão e teve a coragem de mudar o projeto.

A meu ver, realmente não seria possível votar esse projeto neste ano. Seria um ato negativo em meio a uma campanha eleitoral em que veio à tona essa discussão, com uma candidata envolvida nessa questão. No ano que vem teremos todas as condições para criar esta Comissão.

Quero crer, com a minha mais profunda sensibilidade, que é claro que os senhores devem vir, e virão, porque, quando eu disse que achávamos que alcançaríamos a democracia sem luta armada e conseguimos, se isso aconteceu, foi por causa do povo. Se a gurizada não tivesse ido para as ruas, com a cara pintada, não teria acontecido o Diretas Já, não teria havido a candidatura de Tancredo Neves. Enfim, muita coisa não teria ocorrido. Quando o povo sai às ruas, nós vamos atrás.



Diante da análise e da interpretação dos vários movimentos de quebra da democracia que fazem os historiadores, chegando-se à normalidade no século passado, o Brasil foi um exemplo. Não houve interferência internacional, não houve luta disso ou daquilo; o povo se manifestou tranquilamente. O fato é que, sem o povo, nada acontece. O Ficha Limpa, por exemplo, só foi aprovado porque o povo foi para as ruas. Se os senhores não aparecessem aqui, nós ficaríamos acomodados, o Executivo e o Supremo, também. Ou não ficaríamos? Quando o povo vai às ruas, o Congresso e a sociedade vão atrás.

Independentemente disso, acho que esse processo vai passar por um grande debate, uma grande discussão, mas os termos não serão os que eu vi na manhã de hoje. Os termos serão o respeito na busca pela verdade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Muito obrigado, ilustre Senador Pedro Simon. Vamos aguardar as contribuições que vierem. Esta Comissão poderá alterar o projeto de lei, como ponderou o Ministro Paulo Vannuchi.

Gostaria de agradecer pela participação a todos os presentes. Em nome da Casa e desta Comissão, peço desculpas aos visitantes e convidados de todo o Brasil por algum atropelo e comunico que vamos dar continuidade a esse trabalho.

O SR. JOEL SAMPAIO DE ARRUDA CÂMARA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Quero dizer a todos os presentes que, a partir do texto e das exposições apresentadas neste seminário, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e as organizações parceiras publicaremos juntos o resumo do conteúdo...

O SR. JOEL SAMPAIO DE ARRUDA CÂMARA - Como? Aqui não é o Iraque. É democracia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - ... o qual será distribuído.

O SR. JOEL SAMPAIO DE ARRUDA CÂMARA - É democracia aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Também faz parte da democracia o senhor ouvir a Mesa.

O SR. JOEL SAMPAIO DE ARRUDA CÂMARA - Não. O senhor é o meu procurador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Não.



O SR. JOEL SAMPAIO DE ARRUDA CÂMARA - Eu sou o povo, detentor do poder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - O senhor, por favor, aguarde.

Serão distribuídas a todos os Deputados e Senadores, bem como aos futuros membros da Comissão Nacional da Verdade...

O SR. JOEL SAMPAIO DE ARRUDA CÂMARA - O senhor não quer... Que fique registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Está registrado.

O SR. JOEL SAMPAIO DE ARRUDA CÂMARA - Eu quero ter o direito de falar. Estão dizendo coisas inverídicas que precisam ser verificadas. Eu sou participante da história. Há 57 anos participei de movimentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - O senhor já nos disse isso de manhã.

O SR. JOEL SAMPAIO DE ARRUDA CÂMARA - Não! Os senhores estão dando informações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Agradeço a todos. Nós estamos com o horário avançado.

Quero dizer a todos, ao Sr. Joel Arruda Câmara, ilustre lutador desde o século passado, que reconhecemos esse fato. Peço desculpas a todos. Aliás, Sr. Senador, dois Deputados me chamaram a atenção no plenário para o fato de que iria correr sangue aqui. Nós não temos medo de sangue.

Peço desculpas a todos. Os senhores conhecem nossa capacidade em prol da democracia.

Mais uma vez, agradecemos o convite, está encerrado o presente seminário, que contou com a participação de todos, inclusive do nosso companheiro, que, além de ter falado por 30 minutos pela manhã, falou mais que todos os outros expositores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)